[Recensão a] D. Colls, R. Étienne, R. Lequement, B. Liou e F. Mayet, Uépave Port- - Vendres II et le commerce de la Bétique à Vépoque de Claude, «Archaeonautica», I

Autor(es): Mantas, Vasco Gil

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/45729>

DOI: DOI:https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_19_9

Accessed : 26-Apr-2023 12:31:32

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XIX

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1980

D. COLLS, R. ÉTIENNE, R. LEQUEMENT, B. LIOU e F. MAYET, *Uépave Port-Vendres II et le commerce de la Bétique à Vépoque de Claude*, «Archaeonautica», I, Paris, C.N.R.S., 1977, 145 p., 54 fig., 1 planta desdobrável.

«Archaeonautica» é o título de uma nova colecção francesa publicada conjuntamente pelo Centre National de la Recherche Scientifique e pelo Service des Fouilles et Antiquités du Ministère de la Culture et de l'Environnement e cuja finalidade reside na publicação de pesquisas arqueológicas subaquáticas, estudos de história económica, de história marítima e de arqueologia naval, sob a forma de monografias ou artigos. Publicação orientada no sentido da interdisciplinaridade, «Archaeonautica» oferece excelente apresentação gráfica e possui no seu comité de redacção uma sólida garantia de qualidade científica. Reúne, portanto, todas as condições para suscitar o entusiasmo dos investigadores.

Inaugura a colecção, uma monografia elaborada colectivamente por D. Colls, R. Étienne, R. Lequément, B. Liou e F. Mayet, os quais, a partir de materiais do naufragado romano Port-Vendres II, detectado em 1972 por D. Colls (B. Liou, *Informations archéologiques: recherches sous-marines*, «Gallia», 31, 1972, p. 572-74), traçam uma elucidativa imagem do comércio marítimo bético na época claudiana. Para R. Étienne, «l'épave résume, pour une date bien précise, toute l'activité économique du Sud de la Péninsule Ibérique: celle des mines, d'étain, de cuivre et de plomb; celle des domaines agricoles, vignobles et oliveraies; celle des pêcheries et des usines de salaison; celle des ateliers où se fabriquaient les amphores ou la céramique à parois fines (p. 139)».

Antes de passar à análise da obra, dividida em introdução, catálogo e conclusões, convém lembrar que a exploração do Port-Vendres II é um trabalho em curso, o que, implicando aqui e ali — catálogo dos lingotes de cobre e de chumbo e respectiva notação (p. 18-22), apêndice relativo a ânforas Haltern 70 (p. 141-43) — alguns distúrbios, resulta estimulante.

A introdução, da autoria de D. Colls e B. Liou, descreve, em breve síntese, as circunstâncias da descoberta do naufragado, referenciado através de vestígios da carga, o seu aspecto, «qui n'a rien de spectaculaire (p. 8)», e a forma como tem decorrido a exploração, incluindo pormenores técnicos. Os autores atribuem o estado de «destruição radical» do navio e da carga à violência do choque que provocou o naufrágio, opinião que nos parece discutível por esquecer o efeito da ondulação, activo durante todo o processo estabilizador. A descrição dos restos do navio, adiada para futura publicação, merecia notícia mais detalhada, tanto mais que a planta inserida entre as p. 10 e 11 permite extrair conclusões úteis.

O catálogo consta de quatro capítulos: os lingotes de estanho (continuação), de cobre e de chumbo; os diferentes tipos de ânforas; as inscrições pintadas; cerâmica e vidraria; objectos diversos.

B. Liou ocupou-se da redacção do capítulo sobre os lingotes, continuando o artigo publicado em 1975 (D. Colls, C. Domergue, F. Laubenheimer e B. Liou, *Les lingots d'étain de l'épave Port-Vendres II*, «Gallia», 33, 1975, p. 61-94 = *lingots*). Aos 14 lingotes de estanho puro então publicados juntam-se agora mais 4, bem como 2 de cobre e 3 de chumbo. Os lingotes de estanho representam um tipo ainda sem paralelo. Das várias dezenas de marcas que ostentam, a mais interessante refere um funcionário imperial, liberto da imperatriz Valéria Messalina e adjunto de um procurador provincial (*lingots*, p. 70-79): *L(ucius) VALE(r)ici(s)*, *AVG(ustae) L(ibertus)*, *A COM(menta-rii)s*. Marca duplamente importante, pois permite considerar 41/42 d.C. como *terminus a quo* para a data do naufrágio (*lingots*, p. 75-77), circunstância cujo significado se torna desnecessário destacar. A face superior dos lingotes n.º 14 e n.º 18 constitui o campo epigráfico em que se inserem duas breves inscrições: AT no primeiro, R. B. no segundo. Cautelosamente, o autor não propõe qualquer leitura destas marcas moldadas, sugerindo apenas poder tratar-se de marcas de série. Não serão antes marcas de origem? Por outro lado, a possível proveniência lusitana do estanho não justifica considerar o *commentariensis* L. Valerius como adjunto do procurador da Lusitânia, pois pode ter desempenhado tal função na província de embarque, a Bética, o que permitiria interpretar a inscrição do lingote n.º 18 como *R(ationes)*. *B(aeticae)*. Quanto à identificação de lingotes semelhantes aos do Port-Vendres II num relevo do Museu de Nápoles (p. 16, fig. 8), admitida por B. Liou e R. Lequément, julgamo-la extremamente forçada, atendendo desde logo às formas divergentes dos lingotes, espalmados, e das suas hipotéticas representações, arredondadas.

A descrição dos lingotes de cobre e de chumbo, apesar de justificadamente rápida, contribui de forma relevante para melhor compreensão dos circuitos comerciais marítimos ocidentais durante o século i. O autor refere, a propósito, o naufragado Lavezzi I, do estreito de Bonifácio, mas omite material importante proveniente de um navio romano afundado ao largo da Provença, o Planier II, nomeadamente um lingote de cobre, idêntico aos agora publicados, embora mais recente, contendo a seguinte epígrafe: *IMP(eratoris) ANTONIN(i) PRIMVLI (et) SILONIS / GGXCVII / PRO(c)içmtorç(s) OSSONO / / B ANSIS* (F. Benoît, *Nouvelles Épaves de Provence*, «Gallia», XX, 1962, 1, p. 154-57, fig. 19; M. Euzennat, *Lingots espagnols retrouvés en mer*, «Études Classiques», 3, 1971, p. 98). Fica assim pendente a possibilidade dos lingotes de cobre provirem do Sul da Lusitânia, o que apontaria, uma vez mais, para o predomínio dos portos béticos em relação a uma parte importante das exportações lusitanas. Por sua vez, os lingotes de chumbo proporcionam como novidade a estampilha M. HELV. M..., aliás resultante de uma leitura que nos parece hesitante. Curiosamente, B. Liou não faz qualquer referência aos raríssimos representantes hispânicos da *gens* Helvia, até à data apenas registada em Mérida, onde uma inscrição do século i alude a um certo M. Helvius Moderatus (*CIL* II 5259 = *ILER* 4686), e em Sevilha, onde encontramos uma família pertencente à *ordo decurionum* (*CIL* II 1184 = *ILER* 1753).

Na realidade, o estado da investigação acerca dos lingotes de cobre e de chumbo patente nesta espécie de apêndice do capítulo determina, simultaneamente, expectativa e prudência.

O segundo capítulo, a cargo de F. Mayet e B. Liou, trata da tipologia das ânforas Dressel 20, Haltern 70, Pompeia VII e Dressel 28. As primeiras são as mais numerosas, constituindo um grupo de características solidárias — forma, argila, técnica de fabrico — facilmente verificáveis, não obstante o péssimo estado de conservação em que se encontram. As Dressel 20 estudadas correspondem por completo ao tipo claudiano registado no acampamento de Hofheim, no Taurus, ocupado entre 41 e 50 d.C. Constatação nova: a maioria das ânforas apresenta marca, aposta na asa direita. Um conjunto de 59 estampilhas faculta 10 marcas diferentes, sendo 3 inéditas: C.I.F., C. STER. CR e Q.S.CR. As restantes são bem conhecidas, mas a presença no naufragado precisa-lhes a cronologia. Algumas destas marcas foram registadas na Mauritània (J. Boube, *Marques d'amphores découvertes à Sala, Volubilis et Banasa*, «Bulletin d'Archéologie Marocaine», IX, 1973-75, p. 163-235, n.º 26, 40, 41; F. Mayet, *Marques d'amphores de Maurétanie Tingitane*, «Mélanges de l'École Française de Rome», 90, 1978, 1, p. 359-83, n.º 1, 35, 71, 92, 105), região onde desde 40 d.C. operaram importantes efectivos romanos que sabemos terem sido abastecidos a partir da Bética e do Sul da Lusitânia (Dião Cássio, 60, 24, 5), testemunhos significativos inexplicavelmente omitidos pelos autores. A existência de marcas diferentes num mesmo carregamento parece-nos favorecer a opinião de B. Liou: trata-se, em princípio, de marcas dos proprietários das *figlin ae* dos quais saíram as ânforas e não dos produtores de azeite por elas transportado. Esta hipótese exige, evidentemente, uma pesquisa sistemática no sentido de identificar marcas idênticas noutros produtos cerâmicos. Com as ânforas Haltern 70 verifica-se uma situação bem diferente daquela que caracteriza o nível de informação disponível quanto às Dressel 20. Mal conhecido, o tipo Haltern 70 é oriundo da Bética, onde se sabe ter sido produzido em Alcalá del Rio, a antiga *Ilipa* (M. Ponsich, *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir*, Paris, 1974, p. 85). No apêndice, F. Mayet chama a atenção para a marca C. FVF.AVITI, presente em dois exemplares provenientes de Alcalá e conservados no Museu de Sevilha, marca que ocorre, simplificada, em ânforas Dressel 20 do Port-Vendres II (p. 141-43). Pensamos que não se justifica o excesso de prudência com que é encarada a identificação. O estudo dos exemplares repescados permitiu, finalmente, classificá-los como ânforas vinárias. Com efeito, a inscrição pintada n.º 31 (p. 71-74), entre outras, refere o conteúdo como DEF(R)WMM / EXCEL(ZENS), um produto vinícola. Os autores traçam um precioso quadro da difusão europeia das ânforas Haltern 70, registadas na Lusitânia em Faro, Mérida, Conimbriga e, acrescentemos, no Sado, ao largo de Tróia (G. Cardoso, *Ânforas romanas no Museu do Mar de Cascais*, «Conimbriga», XVII, 1978, p. 66-67, p. 72-73, est. I-II). Uma nota importante alude às ânforas produzidas no forno de S. Bartolomeu de Castro Marim, por vezes consideradas, erradamente, como Haltern 70 (p. 38, nota 89).

O estudo dos opérculos não foi descurado, contribuindo para um melhor esclarecimento da forma de obturação das ânforas e, eventualmente, da sua classificação.

Quanto às robustas ânforas Pompeia VI I, pertencentes ao grupo das ânforas de salmoura hispânicas, os autores consideram-nas muito semelhantes à forma Vindonissa 586, mas justificam a designação Pompeia VII por uma questão de funcionalidade, opção que cremos realista. O revestimento interior de resina proporcionou a confirmação directa da utilização das ânforas Pompeia VII: o transporte de conservas de peixe, no caso presente, cavalas (p. 41, flg. 15, 5, 6).

Entre os materiais recuperados contam-se ainda alguns fragmentos de ânforas Dressel 28, tipo cuja definição, origem e evolução implica problemas difíceis em torno dos quais se centra, sem resultado, esta parcela da monografia.

No terceiro capítulo, B. Liou e R. Lequément ocupam-se do estudo das marcas pintadas nas ânforas, através de uma extensa e exigente análise, a qual constitui, sem dúvida, uma das contribuições mais importantes deste trabalho. Os autores publicam e comentam 44 inscrições pintadas: 30 sobre Dressel 20, 10 sobre Haltern 70, 3 sobre Pompeia VII e 1 sobre um fragmento não identificado. Trata-se de uma das maiores colecções presentemente disponíveis, a que poderemos atribuir a classificação de excepcional, atendendo à sua datação precisa e ao facto de fornecer uma lista de exportadores com a mesma origem, seis dos quais agora incluídos no *album* respectivo: L. Pompeius Urbanus, C. Titius Caprarius, C. Voconius, Q. Uritius Revocatus, C. Iulius Apollonius e L. Pompeius Erotus. Os autores observam a terminologia utilizada por H. Dressel e aceitam o princípio estabelecido por P. Remark e Héron de Villefosse, de que as inscrições p indicam o naviculario ou o *mercator* que assegurava o transporte e a comercialização do produto. F. Mayet e B. Liou evitam as aproximações prosopográficas aventurosas, abrindo uma excepção no caso de Q. Uritius Revocatus que consideram relacionado com um Uritius estabelecido na Bética na segunda metade do século i (p. 74). O mesmo raciocínio poderia ter sido alargado a C. Voconius, tendo em conta os Voconii referenciados em Tarragona (*CIL* II 4279) e em Sagunto (*CIL* II 3865 = *ILS* 6951) e um Voconianus registado em *Urgavo*, na Bética (*CIL* II 2103), todos *flamines* do culto imperial. Os autores procuram antes esclarecer o significado das múltiplas presenças comerciais detectadas no naufragado. Tal multiplicidade permite antever a variegada estrutura do tráfico marítimo da época claudiana; permite também, pensamos, recordar a tese defensora da importância das *villae* — em detrimento dos *latifundia* — na economia da Bética do século I (R. Thouvenot, *Essai sur la province romaine de Bétique*, Paris, 1940, p. 246-48). Um excelente estudo de metrologia confirma a inscrição y como indicativa do peso do conteúdo da ânfora e permite, com algumas reservas, considerar que a inscrição a representa efectivamente o peso da ânfora vazia. Estudo aparentemente árido? Diremos antes fundamental. Relativamente às inscrições 3, os autores atacam frontalmente aquilo que designam como «o mito da fiscalização alfandegária

(p. 98)», concluindo tratar-se de marcas controladoras traçadas nas *figlinae* ou nos locais de acondicionamento e embarque, indicando directa ou indirectamente, os produtores, e não, como geralmente se aceitava desde a publicação dos estudos de T. Frank, agentes do fisco. Não foi possível todavia, esclarecer o significado das marcas a, aa, aaa, com ou sem ápices. A continuação, prometida, desta investigação, não deixará de contribuir decisivamente para um maior conhecimento das estruturas agrárias do Sudoeste da Hispânia.

Algumas das inscrições pintadas, como a n.º 31, desapareceram rapidamente depois da repescagem, devendo-se a sua preservação a um registo imediato, fundamental.

No quarto capítulo, F. Mayet, R. Lequément e B. Liou repartem, respectivamente, o estudo da cerâmica, dos vidros e dos objectos diversos. Estes materiais, embora modestos, não deixam de fornecer informações úteis. Uma lucerna precisa a cronologia do tipo Ponsich III A, que agora se sabe remontar ao principado de Cláudio. A cerâmica sigillata proveniente do Port-Vendres II proporcionou a primeira forma Ritterling 1 com a marca PRIVATYS, enquanto, por outro lado, se confirma a existência de cerâmica de «verniz» vermelho tardia claudiana. Simultaneamente, os muitos fragmentos de cerâmica de paredes finas atestam que a origem desta se situa no Sul da Península Ibérica, assim como a coexistência de formas várias, já difundidas fora da Hispânia pelos anos 40 do século i. A cerâmica comum, bem representada, ainda que muito destruída, autoriza algumas deduções: uma parte dela foi fabricada nos mesmos fornos que as ânforas do tipo Dressel 28 e Pompeia VII; o grafito PSC, presente nalgumas peças, relaciona-se certamente com o navio e não com a carga.

O que resta da vidraria exigiu um estudo paciente, infelizmente pouco produtivo em virtude do estado de extrema fragmentação em que as peças, muito variadas, chegaram até nós; confirma, todavia, a actividade da indústria vidreira hispânica.

Tal como a cerâmica comum, os objectos diversos conduzem-nos ao quotidiano da «comunidade em miniatura» que era o navio perdido ao demandar *Portus Veneris*. O critério seguido — publicação sumária apoiada na fotografia — parece-nos excelente, considerando o tipo de materiais incluídos na rubrica, alguns muito curiosos, como os estrigilos de bronze, a caixa de anzóis, a moeda ibérica e as amêndoas, cuja presença no naufragado prova a antiguidade da amendoeira peninsular, ignorada pelas fontes tradicionais. A hipótese considerada em relação ao *quadrans* de *Iltrida* (Lérida) — penúria de moeda corrente (p. 123) — não nos parece a única admissível. Com efeito, é bem possível que se trate da moeda habitualmente colocada, com fins apotropaicos, na cavidade de encaixe (pé) do mastro principal, prática bem documentada (F. Dumas, *Epaves antiques*, Paris, 1964, p. 121-23, foto 52; Y. Chevalier, *La cavité d'emplature avec monnaie de Vépave antique de Arise Gerbal à Port-Vendres*, «Revue Archéologique de Narbonnaise», I, 1965, p. 263-69).

Para R. Étienne, redactor das conclusões, a datação precisa do naufragado e a circunstância de se encontrarem presentes no Port-Vendres II duas

das principais produções agrícolas da Bética justificam uma nova análise da problemática da produção e exportação do vinho e do azeite héticos na época claudiana. Em relação à primeira, o autor traça uma valiosa carta dos vinhedos héticos (p. 130, fig. 52), baseada no recurso exaustivo quer aos testemunhos numismáticos do século i a.C., quer aos numerosos testemunhos literários, antigos e árabes. As passagens referentes ao vinho de *Ceret* e à *cocolubis* situam-se entre as páginas mais agradáveis de uma monografia nem sempre fácil. Os textos árabes, embora tardios, revelam-se, quase inesperadamente, muito elucidativos acerca do vinho bético, isto porque a invasão árabe, tal como o domínio visigótico, não alterou de forma significativa as estruturas agrárias antigas. Reputamos, por isso, este recurso às fontes árabes como uma das «novidades» mais interessantes deste estudo. Gostaríamos, no entanto, que R. Étienne tivesse incluído neste rastreio da produção vinícola bética uma referência, ainda que breve, ao possível contributo da arqueologia rural.

As ânforas Dressel 20 do Port-Vendres II confirmam materialmente as fontes literárias alusivas ao valor do azeite bético e oferecem a possibilidade de reconstituir, através da dispersão das marcas, os circuitos comerciais activos no segundo terço do século i (p. 136-137, fig. 53, p. 138, fig. 54). Roma e os exércitos do Reno e da Bretanha parece terem constituído os mercados principais, o que desde logo confere à rota costeira para a Gália (Fos-sur-Mer, Aries) e à rota directa para a Itália (Ostia, Pozzuoli), via Baleares e estreito de Bonifácio, importância especial. Os achados, nomeadamente aqueles provenientes de portos de trânsito fluviais e marítimos, assinalam, com grande nitidez, os limites dos vários sectores económicos e de tráfego. Segundo o autor, a imagem geral da economia bética oferecida pelo Port-Vendres II a nível de estruturas de produção e de comercialização, corresponde perfeitamente ao quadro estabelecido para os séculos n e m. A excelente síntese traçada por R. Étienne encontra-se prejudicada, todavia, pela ausência no mapa de distribuição das marcas anforárias do Port-Vendres II dos testemunhos mauritanos, merecedores de uma análise cuidadosa, tanto mais que, no caso concreto da Lusitânia, a época de Cláudio corresponde a um período de grande desenvolvimento económico, usualmente relacionado com a ocupação da Mauritânia (J. Alarcão, *Portugal Romano*, Lisboa, 1973, p. 54).

A arqueologia subaquática ascendeu à condição de actividade científica ao longo de um processo evolutivo que gradualmente a afastou da função perfeitamente marginal referida num pequeno manual publicado em 1942 (G. Daux, *Histoire de Varchéologie*, Paris, 1942, p. 86-87), ano da invenção do *aqualung* pelo comandante Costeau. Por isso nos parece correcto o pensamento de R. Étienne ao escrever que «le salut, pour l'histoire économique de l'antiquité ne peut venir que de la mer (p. 129)». A meticulosa monografia que ora é oferecida aos investigadores prova a veracidade de tal afirmação e reflecte a verdadeira dimensão das possibilidades e dos limites, conscientemente assumidos, aliás, da arqueologia subaquática. Por isso não hesitamos em classificá-la de modelar.

VASCO GIL MANTAS